



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V - CCBSA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JERÔNIMO CARLOS NÓBREGA DE OLIVEIRA

**RESISTÊNCIA E REPRESSÃO: UM OLHAR PÓS-COLONIAL SOBRE A
POLÍTICA IMPERIALISTA BRITÂNICA DURANTE A REVOLTA DOS CIPAIS**

**JOÃO PESSOA
2018**

JERÔNIMO CARLOS NÓBREGA DE OLIVEIRA

**RESISTÊNCIA E REPRESSÃO: UM OLHAR PÓS-COLONIAL SOBRE A
POLÍTICA IMPERIALISTA BRITÂNICA DURANTE A REVOLTA DOS CIPAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica de Lourdes Neves Santana.

**JOÃO PESSOA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48r Oliveira, Jerônimo Carlos Nóbrega de.
Resistência e repressão: um olhar pós-colonial sobre a política imperialista britânica durante a Revolta dos Cipaios [manuscrito] : / Jeronimo Carlos Nobrega de Oliveira. - 2018.
27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Pós-colonialismo. 2. Política Imperialista. 3. Revolta dos Cipaios.

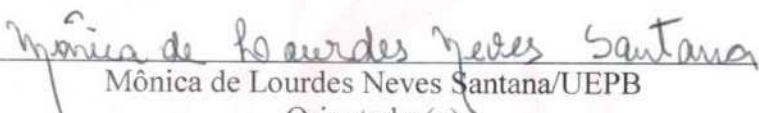
21. ed. CDD 954.03

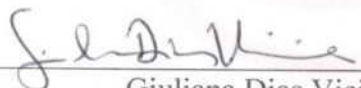
JERÔNIMO CARLOS NÓBREGA DE OLIVEIRA

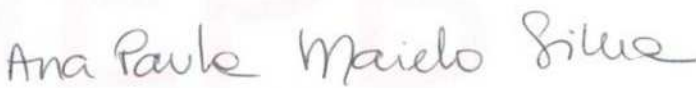
RESISTÊNCIA E REPRESSÃO: UM OLHAR PÓS-COLONIAL SOBRE A POLÍTICA
IMPERIALISTA BRITÂNICA DURANTE A REVOLTA DOS CIPAÍOS

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 19 / 06 / 2018.


Mônica de Lourdes Neves Santana/UEPB
Orientador(a)


Giuliana Dias Vieira /UEPB
Examinador(a)


Ana Paula Maielo Silva /UEPB
Examinador(a)

Dedico esta obra, bem como todas as minhas demais conquistas, a minha mãe e meu irmão, que possibilitaram que até aqui eu chegasse, e não mediram esforços em prol do meu crescimento em todos os âmbitos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma batalha é vencida sozinho, no decorrer desta luta algumas pessoas estiveram ao meu lado e me estimularam para que eu buscasse meu objetivo e alcançasse esta conquista. Por isso merecem ser aqui lembradas.

Agradeço primeiramente à Deus, que me concedeu forças para superar os momentos mais difíceis, me confortou e ajudou para que até aqui eu chegasse.

À esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Mônica de Lourdes Neves Santana, que me auxiliou no momento em que me encontrava perdido e já esperanças na elaboração do TCC.

À banca examinadora composta pelas Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Maielo Silva e Prof^ª. Dr^ª. Giuliana Dias Vieira, que não mediram esforços para realizar a avaliação do trabalho.

A todos os meus professores, que me forneceram o conhecimento necessário e me fizeram enxergar o mundo de uma forma diferente.

Agradeço a minha mãe Betânia e meu irmão Juliano, que estiveram comigo não só neste momento, mas em toda a minha vida, fornecendo-me todo apoio, compreensão e estímulo suficientes para que eu seguisse em frente.

A minha família, em especial, minha tia Ceiça, minha cunhada Thayana, e minhas primas Gabriela e Josiany que me auxiliaram tanto de forma emocional, quanto estrutural.

Aos meus amigos de infância, Ana Maura, Carol, Vitória, Felipe e Gabrielle que torceram e me motivaram, mesmo em meio às brincadeiras, para que eu prosseguisse.

Aos amigos do grupo Carreta Furacão, Andreлина, Emmily, Jéssica, Julianna e Jorehan que me proporcionaram momentos de descontração, em meio à tensão na elaboração do TCC.

Aos amigos mais recentes, Jullyani, Cybelle, Danielle e Landerson que sempre demonstraram preocupação com a elaboração deste trabalho.

Aos amigos que dividiram sala comigo, Érica, Elcimar, Karol, Joalyson, Rayana, Janaína e Luciana que estiveram ao meu lado durante o curso, uns por mais tempo que outros.

Aos amigos do El Cafófo, Mayane, Larissa, Mayara, Suerda, Alyne e Duda, que me proporcionaram experiências incríveis ao longo da minha passagem pela UEPB.

Agradeço a todos pela pressão e pelas cobranças, sem isso, não teria conseguido!

E para os demais que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	7
1 A EXPANSÃO DO IMPERIALISMO BRITÂNICO NA COLÔNIA	10
2 A REVOLTA DOS CIPAIS: RESISTÊNCIA AO IMPERIALISMO BRITÂNICO ...	13
3 UM OLHAR PÓS-COLONIAL E O NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
ABSTRACT	25
REFERÊNCIAS	26

RESISTÊNCIA E REPRESSÃO: UM OLHAR PÓS-COLONIAL SOBRE A POLÍTICA IMPERIALISTA BRITÂNICA DURANTE A REVOLTA DOS CIPAIOS

Jerônimo Carlos Nóbrega de Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo traz uma perspectiva analítica sobre a expansão e a implementação da política imperialista britânica na Índia, para isso suscita-se para o debate um momento conflituoso com a intenção de examinar como se deu a relação entre colonizador/colonizado, e assim explanar, à luz da teoria pós-colonial, como as decisões do passado podem incidir para que um modelo civilizatório mais ocidental seja consolidado, em detrimento da marginalização do Oriente. Portanto, o trabalho busca destacar as inferências do colonialismo e averiguar como o eurocentrismo era entendido como um modelo civilizatório universal à época. O corte temporal estabelecido para o estudo é justificado a partir da interpretação de que a revolta dos Cipaiois foi historicamente observada como um marco que iniciou a luta dos indianos contra o expansionismo britânico, dessa forma a revolta é analisada no trabalho como uma variável bastante expressiva que demonstra a resistência do colonizado frente a dominação desempenhada pelo colonizador. O trabalho foi dividido em três seções, a primeira, apresenta a expansão do Imperialismo Britânico no território indiano durante o período colonial, a seção subsequente aborda a revolta e seus consequentes desdobramentos, e por fim, argumenta-se sobre as consequências e os resquícios do conflito que enfatizaram as dicotomias pós-coloniais, aplicando a teoria pós-colonialista. Será utilizado o método dedutivo e a pesquisa é desenvolvida de forma exploratória e bibliográfica. Como resultado da análise intenta-se indagar como os impactos do colonialismo podem ser préstimos para melhor entender as dificuldades do presente em países de recente independência.

Palavras-Chave: Pós-colonialismo; Política Imperialista; Revolta dos Cipaiois.

INTRODUÇÃO

O início do século XIX e parte do século subsequente são marcados pela forte presença britânica no cenário internacional, o que possibilitou a consolidação de um Império, que durante o período supracitado conquistou demasiadas colônias, dentre elas, o território indiano. Desde então, a relação entre britânicos e indianos foi marcada por fases de aproximação e distanciamento, consonâncias e conflitos, aspectos sempre presentes no vínculo existente entre colonizador e colonizado. Tendo em vista tais fatores, busca-se avaliar

¹ Aluno de Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus V.
Email: jeronimonobrega@gmail.com

e entender como se deu tal relação, utilizando-se de uma análise pós-colonialista para a elucidação dos fatos.

Suscitar para o trabalho uma abordagem pós-colonial traz para a discussão maior entendimento sobre certos paradigmas históricos estabelecidos no âmbito das Relações Internacionais que devem ser desconstruídos para que uma visão mais ampla de mundo seja admitida. Tal análise reforça que, a continuidade do uso de modelos que marginalizam, excluem e até mesmo subalternizam o oriental, possibilita que a reprodução do discurso do colonizador faça com que a representação dos orientais esteja baseada em uma conjectura ocidental.

Durante muito tempo, no domínio das Relações Internacionais, a teoria pós-colonialista esteve ausente dos grandes debates teóricos da área, mesmo tendo alcançado boa parte de áreas das ciências humanas e sociais, o que pode ser explicado pelo fato dos estudos pós-coloniais estarem ligados às pesquisas de cunho cultural, e dessa forma encontrarem resistência para adentrar as discussões do Sistema Internacional. Por isso, é de suma importância para o trabalho a discussão dos eventos baseados na teoria pós-colonial, para demonstrar a relevância da mesma para o campo de atuação das Relações Internacionais.

O presente artigo objetiva analisar a expansão e a implementação da política imperialista britânica na Índia, trazendo para o debate um momento conflituoso para averiguar como se portava as partes envolvidas (colonizador/colonizado), e assim explicar, com base no pensamento pós-colonial, como a tomada de decisão pode corroborar para a fixação de um modelo civilizatório mais ocidental, em detrimento da marginalização da forma oriental de se pensar a sociedade.

Uma das principais causas que levaram os britânicos ao território indiano foi a possibilidade de estabelecerem um forte mercado que pudesse competir com os demais países. Sendo assim, percebeu-se a necessidade da consolidação de uma base territorial na Índia para que seus objetivos fossem alcançados. Dessa forma, almejando um comércio mais vantajoso, os britânicos trataram logo de nomear representantes na Índia que poderiam negociar produtos agrícolas com preços mais baixos, e a partir disto estabeleceram no local, fortes armazéns que contribuíram para a expansão do domínio territorial britânico (MOORE, 1983).

Por volta de 1600, os ingleses criaram a Companhia Britânica das Índias Orientais², com licença da rainha Elizabeth I, para desenvolver o comércio com a Índia. A Companhia

² As Companhias das Índias Orientais foram várias organizações distintas com objetivos comerciais na Ásia Oriental, de origens francesa, holandesa, sueca e inglesa, sendo esta última a mais antiga com criação datada do ano de 1600.

Inglesa tinha sede em Londres, e na Índia tinha a responsabilidade de manter atividades voltadas para o comércio colonial.

No período que compreende o século XVIII e início do XIX, a Companhia implantou sistemas de arrecadação fiscal, dirigidos pelos agentes da mesma, todos ingleses, que também eram responsáveis por exercer funções administrativas e judiciárias na organização. Para os indianos sobravam somente os postos subalternos (CHESNEAUX, 1976).

A década de 1830 é marcada pela decadência do poderio da Companhia na Índia, o enfraquecimento da empresa na região culminou em demasiados surtos de resistência à sua dominação, revoltas que perduraram durante o período que compreende as décadas posteriores. Entretanto, tais movimentos não denotavam homogeneidade, como também não apresentavam lideranças claras, o que contribuía para que as revoltas fossem suprimidas e rapidamente desarticuladas. Só em 1857, se deflagra um movimento de resistência mais coeso e em cadeia que abarca todo o norte do subcontinente indiano em curto período de tempo. O evento em questão ficou conhecido como Revolta dos Cipayos (cipayos eram soldados indianos que serviam no exército da Companhia Britânica das Índias Orientais, sob as ordens de oficiais britânicos).

É a partir desse momento que surge pela primeira vez o grito de socorro do colonizado, que mostra através da revolta sua insatisfação, sua resistência ao sistema implantado, seu incômodo em relação à presença e a exploração do colonizador em seu território, sua ânsia em se ver livre, em crescer de forma independente e se desenvolver sem que seja impedido pelo colonizador.

Os britânicos, por sua vez, acabaram conseguindo conter as insubordinações dos soldados indianos, pois faltava nestes uma liderança, e suas ações não eram coordenadas. Ao perceberem a ameaça ao seu domínio, os ingleses reagiram de forma vertiginosa para reprimir todas as subversões e continuar a controlar o território. Com maior contingente e melhor preparo, logo a repressão a revolta foi eficaz e sufocou o movimento.

Na concepção de Jacques Pouchepadass (2004, p. 337), mesmo na revolta, os indianos aceitaram, intrinsecamente, sua condição de colonizados, tendo em vista que, os Cipayos eram soldados subalternos, que tinham como lideranças príncipes que desconheciam os artificios e estratégias para desenvolver uma frente de guerra considerável. Apesar do fracasso, a Revolta dos Cipayos teve considerações expressivas nas relações entre ingleses e indianos.

Portanto, o trabalho busca enfatizar as consequências do período colonial e demonstrar como práticas eurocêntricas eram entendidas como um modelo civilizatório universal à época. Esta análise implica na percepção da expansão dos debates que norteiam as Relações

Internacionais na atualidade. O período estabelecido para o estudo é justificado a partir do entendimento de que a revolta dos Cipayos foi um marco histórico que deu início as tentativas de resistência dos indianos em relação à colonização britânica. O trabalho busca inserir certo grau de inovação ao tratar de um fenômeno pouco estudado no campo das ciências sociais, e principalmente no âmbito das Relações Internacionais.

O artigo, então, foi dividido em três seções que explanam sobre como se instaurou a política imperialista britânica na Índia e a relação existente entre a metrópole e a colônia durante o período de conflito, a partir de uma leitura pós-colonial.

Primeiramente, apresenta-se um panorama sobre a expansão do Imperialismo Britânico no território indiano durante o período colonial, expondo um breve histórico de como se estabeleceu a relação entre indianos e ingleses.

A segunda parte explana sobre como se deu início a revolta e seus consequentes desdobramentos, destacando, a partir destes, os momentos de resistência do povo indiano frente à dominação britânica e as decisões tomadas pelos ingleses para reprimir a revolta. Analisa-se, também, a relação firmada entre colonizador e colonizado, e as medidas tomadas no período seguinte ao conflito.

Ao término do trabalho argumenta-se sobre as consequências e os resquícios do conflito que enfatizaram as dicotomias pós-coloniais, e ainda permeiam o cenário internacional, aplicando a teoria pós-colonialista para examinar e demonstrar como se construiu ao longo do tempo a exiguidade do colonizado.

Quanto ao método, será utilizado o método dedutivo, já que o trabalho tem por base um estudo mais geral partindo para um caso particular. A abordagem é qualitativa, e a pesquisa é desenvolvida de forma exploratória e bibliográfica, visto que, se objetiva proporcionar mais familiaridade com o assunto tratado. Quanto aos procedimentos técnicos, a documentação utilizada será indireta.

1 A EXPANSÃO DO IMPERIALISMO BRITÂNICO NA COLÔNIA

A colonização britânica na Índia não deve ser entendida como um processo histórico coeso, pois a relação colonial entre tais países perdurou durante três séculos, gerando constantes mudanças e impactos em todos os âmbitos da sociedade indiana. O período que compreende meados do século XVIII até o término do século posterior pode ser entendido como o lapso temporal de maior transformação na relação entre britânicos e indianos.

Moore (1983) sustenta que os motivos que levaram os britânicos à Índia foram os mais diversos, entretanto, a possibilidade da expansão de seu comércio e a oportunidade de excessivos lucros, a partir da exploração da colônia, podem ser entendidos como os principais atrativos para o estabelecimento dos colonizadores na região. Nesse contexto, por volta de 1611, os britânicos percebem a imprescindibilidade de estabelecer na região uma base territorial, visando maiores vantagens comerciais, e assim fixaram representantes ingleses na Índia, que poderiam, em épocas de colheita, negociar à preços mais baixos os produtos agrícolas. Logo se dá origem, na sociedade indiana, a fortes estabelecimentos comerciais e a partir disto a uma conseqüente expansão do imperialismo britânico na região, o que culminou em um maior domínio do território e uma maior dependência da Índia frente aos britânicos.

O crescimento das atividades comerciais levou os britânicos a instaurarem instituições que pudessem regular as transações de mercado, dessa forma, surge com autorização da Rainha Elizabeth I, a Companhia Britânica das Índias Orientais, que tinha poder de Estado dentro da Índia. Com sede em Londres a Companhia possuía exército próprio e poderes delegados pelo governo britânico para atuar no território indiano, ademais a instituição desempenhava, concomitantemente, as atividades comerciais da época. Outro fator relevante era a arrecadação fiscal imposta pela Companhia para a sua manutenção. De acordo com Campos:

Os agentes da Companhia, todos ingleses, dirigiam o referido sistema fiscal, ao mesmo tempo em que exerciam funções administrativas e judiciárias, não sendo incomum a mesma pessoa acumular diferentes funções. Os indianos somente eram aceitos em postos muito subalternos. Esta era a organização financeira dos territórios diretamente controlados pela Companhia [...] Novas relações econômicas foram introduzidas nas aldeias, uma demanda que empobrecia os camponeses e os colocava dependentes dos agiotas em anos de colheita ruim, com tendência também a comercializar a produção, corroendo o equilíbrio e o caráter autárquico da economia campesina (CAMPOS, 2013, p. 51).

Com base no exposto, percebe-se que as ações da Companhia priorizavam os objetivos do colonizador e não permitiam aos indianos o acesso as informações mais relevantes de sua administração, além do mais impedia que o colonizado pudesse buscar sua ascensão e desenvolvimento para assim o deixar dependente de sua gestão e dominado por seu sistema.

O foco da Companhia, inicialmente, foi o comércio, não se pensava na construção de um império na Índia. Entretanto, interesses da Companhia giraram do comércio ao território durante o século XVIII, quando a instituição aumentou de forma gradual a extensão dos

territórios sob seu controle, governando direta ou indiretamente através de governantes fantoches locais sob a ameaça do uso da força através do seu exército próprio.

Ainda segundo o autor, além de todas as atribuições já mencionadas em relação à Companhia, a mesma ainda monopolizava o comércio de chá, as transações comerciais da China e o transporte de mercadorias para o continente europeu, além da navegação costeira entre a Índia e as ilhas circunvizinhas, o sal, o ópio, o bétel, eram domínios de seus altos funcionários, que tinham livre arbítrio para fixar seus preços, prejudicando diretamente os camponeses indianos.

Fica evidente que as medidas tomadas pelos britânicos, através da Companhia, tinham, em sua maioria, a intenção de auferir proveitos, de forma explícita, sobre todos os recursos que os indianos podiam lhes oferecer, a Índia perdia aos poucos sua soberania e o imperialismo inglês avançava de forma avassaladora dominando toda a região.

A postura dos ingleses, que se observa no território indiano, nada mais é que uma corroboração do que se pode entender por imperialismo, a finalidade dos britânicos era exclusivamente manter uma região sob seu domínio para dela usurpar seus bens e angariar as mais diversas vantagens, negligenciando a soberania da Índia. Na concepção de Hobson (apud HUNT 1982, p. 379), o imperialismo é compreendido como “Um processo social parasitário, através do qual, interesses econômicos existentes no interior do Estado, usurpando as rédeas do governo, promovem a expansão imperialista para explorar economicamente outros povos, de modo a extorquir-lhes a riqueza para alimentar o luxo nacional”. Complementando tal pensamento, Said afirma que:

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento aliadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade” (SAID, 1993, p. 30).

A ideologia pregada pelos ingleses tentava implantar na sociedade indiana que a presença britânica na Índia era necessária e importante para seu desenvolvimento e até mesmo para a sobrevivência do Estado indiano, já que na visão do colonizador a Índia não possuía capacidade de se auto administrar.

Para Rossellini (1992), de maneira inicial os ingleses junto à Companhia das Índias, trouxeram contribuições para que o comércio indiano se tornasse, de certa forma, próspero, porém a relação “amigável” logo se mostrou mais invasiva, e em pouco tempo percebeu-se a

intenção exploratória que os ingleses possuíam no país, fazendo a Índia entrar em um processo de retrocesso, no qual deixou de ser país produtor e passou a ser subserviente, aceitando de maneira submissa que os ingleses extraíssem seus recursos naturais a preços exíguos. Não satisfeitos com a devastação causada nas relações comerciais indianas, os ingleses utilizaram de seus lucros adquiridos com a exploração da Índia para investir no aprimoramento de suas máquinas a vapor, que fabricavam tecidos em série que concorriam de maneira discrepante com os tecidos indianos fabricados a mão.

Os ingleses pareciam estar dispostos a minar o comércio indiano, e assim tornar a Índia ainda mais dependente de seus colonizadores. Mesmo que os indianos buscassem alternativas para tentar retomar seu crescimento, não conseguiam lograr êxito frente às represálias aplicadas pelos britânicos. Na ênfase dada por Rossellini:

Dinheiro, ideias, matéria-prima, homens: pode-se dizer que os ingleses tomaram tudo da Índia, provocando nesse país a mais formidável devastação econômica e social que uma nação já conheceu. Os tecelões indianos desapareceram, tragados pela miséria; a agricultura viu chegar um enorme fluxo de mão-de-obra; seguiu-se um empobrecimento geral. Autores considerados sérios não hesitam em afirmar que a vampira Inglaterra deve à Índia o século de supremacia industrial cujas delícias consumiu entre 1815 e 1914 (ROSSELLINI, 1992, p. 120).

O Império Britânico usurpou todos os recursos que podia dos indianos e com isso construiu e desenvolveu um considerável aparato industrial que o tornou ainda mais poderoso no entre as metrópoles da época, enquanto a Índia entrava um processo de retrocesso cada vez mais profundo e conseqüentemente mais complexo para uma possível recuperação.

Depois de diversas investidas e manobras realizadas pelos britânicos, o território indiano foi completamente dominado pelo imperialismo britânico, seja essa dominação de forma direta ou indireta. O primeiro marco que destaca a cobrança pela liberdade, por parte dos indianos, só surge entre os anos de 1857 e 1858, quando eclodiu a Revolta dos Cipayos dirigida pelas antigas classes dominantes indianas, que objetivavam recuperar seu poderio.

2 A REVOLTA DOS CIPAIOIS: RESISTÊNCIA AO IMPERIALISMO BRITÂNICO

O ano de 1857, marca a relação entre ingleses e indianos, pois durante este período se instaurou na Índia rebeliões e levantes armados em oposição à ocupação britânica no país, principalmente, nas regiões central e setentrional. Tais revoltas, posteriormente, adquiriram maior adesão do povo indiano e uma força expressiva no seu cenário nacional.

Em março de 1857, Mangal Panday (1827-1857) liderou os Cipayos, matando diversos oficiais ingleses, tornando-se um mártir da “Primeira Guerra de Independência da Índia”, após ser capturado e executado. Dois meses após o fato, um Regimento de Cavalaria de Bengala, se amotinou em Meerut e marchou em direção à Déli, cidade que dominaram após executarem considerável número de europeus. Em julho do mesmo ano, chegam reforços britânicos à localidade, e passadas algumas semanas de intenso confronto, o exercito cipaio acaba sendo contido. No ano seguinte, os britânicos trataram logo de aumentar de forma significativa o contingente de soldados e o movimento foi finalmente controlado.

Dentre as causas que motivaram as revoluções estavam o descontentamento dos indianos com a ocidentalização que vinha sendo imposta pela Companhia Britânica das Índias Orientais, as intervenções na política interna e as questões religiosas, que podem ser entendidas como o estopim da maior das rebeliões, que ficou conhecida como a Revolta dos Cipayos.

Os cipayos eram os soldados indianos que serviam ao exército da Companhia Britânica das Índias Orientais e foram os propulsores da Rebelião de 1857, motim este, que Garmes (2013, p. 354), sinaliza como “episódio histórico muito caro aos independentistas indianos, por ser considerado a primeira ação de peso contra a dominação inglesa”. Corroborando com este pensamento Miranda (2014, p. 392) sustenta que tal processo se deu de forma impetuosa com rápida expansão por diversas regiões do território indiano e acarretou milhares de mortes entre os anos de 1857 e 1858.

Os cipayos demonstravam insatisfação em relação aos superiores de suas guarnições, todos britânicos, pois estes não respeitavam suas crenças e tradições. O exército da Companhia Britânica das Índias Orientais recrutava jovens de diferentes castas para compor a mesma base, o que incomodava bastante os indianos, já que para eles castas superiores não podiam dividir o mesmo espaço com pessoas de castas inferiores, e existia também certo temor, por parte dos Cipayos, em relação à expansão do cristianismo (segmento religioso predominante entre os britânicos, porém pouco expressivo na Índia), já que os ingleses poderiam tentar uma conversão forçada.

O motivo mais célebre da revolta foi o uso de gordura animal na impermeabilização de cartuchos de um novo fuzil, o que foi entendido pela guarnição como um comportamento bastante ofensivo com relação a suas tradições religiosas. Os soldados haviam sido ensinados a lacerar os cartuchos com os dentes para inseri-lo no fuzil. De maioria hindu e muçulmana, os soldados suspeitavam que a gordura utilizada fosse o sebo (de boi, abominável para hindus) ou a banha (de porco, abominável para muçulmanos) e por isso negavam-se a usar os

novos cartuchos. A ocorrência aumentou o descontentamento dos indianos com a presença britânica na região e fez com que a revolta logo tomasse forma.

O evento marcou de forma sangrenta a Índia e sua luta pela independência, pela forma violenta como se apresentou, entretanto é importante ressaltar, segundo Marx, que:

Por muito infame que seja a conduta dos cipaios, ela é apenas um reflexo concentrado da conduta da Inglaterra na Índia, não apenas durante a época da fundação do seu Império oriental, mas mesmo durante os últimos dez anos da sua longa dominação. Para caracterizar essa dominação, basta dizer que a tortura fazia parte orgânica da sua política fiscal. Existe na história humana algo que se assemelha à retribuição; e é uma regra da retribuição histórica que os seus instrumentos sejam forjados não pelos ofendidos mas pelos próprios ofensores (MARX, 1857, p. 1).

Apesar de ter se configurado como um evento violento e sangrento, a revolta apenas refletiu a forma como os indianos estavam sendo tratados em sua relação com os ingleses, foi na revolta que a sociedade indiana conseguiu demonstrar sua insatisfação e as ações indianas se desenvolveram a partir de todas as ofensas sofridas depois de anos de dominação.

Os britânicos, por sua vez, acabaram conseguindo conter as insubordinações dos soldados indianos, pois faltava nestes uma liderança e suas ações não eram coordenadas. Na concepção de Jacques Pouchepadass (2004, p. 337), mesmo na revolta, os indianos aceitaram, intrinsecamente, sua condição de colonizados, tendo em vista que, os Cipaios eram soldados subalternos, que tinham como lideranças príncipes que desconheciam os artificios e estratégias para desenvolver uma frente de guerra considerável.

Pode-se deduzir também, com base no que já foi exposto, que o exército que lutou contra a dominação britânica, era repleto de representantes que possuíam diferenças étnicas, sociais e religiosas, divergências estas, que em outros momentos, os tornavam inimigos, o que pode ser observado, historicamente, na relação entre hindus e mulçumanos no território indiano. Esta inconsonância interna pode ter sido um dos propulsores para que a resistência contra o domínio britânico tenha sido sufocada pelos ingleses.

Todavia, os acontecimentos contribuíram de forma significativa para que uma reforma político-administrativa de grande escala fosse estabelecida, na qual os ingleses dissolveram a Companhia das Índias Orientais, que passou a desempenhar, além das relações comerciais, a administração da colônia e as decisões da política interna da Índia. O território indiano agora passa a ser governado de forma direta pelos poderes da Coroa Britânica, que anexou suas posses como províncias formais do Império, fatores emblemáticos do final do conflito (FERGUSON, 2004, p. 129).

Apesar da grande importância que a revolta suscitou no âmbito indiano, ainda existem discussões sobre sua relevância. Sustenta-se que:

Existe um debate historiográfico sobre a interpretação da Revolta dos Cipayos como a Primeira Guerra de Independência da Índia. Para a historiografia colonial ela foi apenas um motim perante a dominação britânica no território indiano. Já a historiografia nacionalista indiana [...] trabalha com diferentes vertentes de interpretação como, por exemplo: sendo um movimento progressista pela liberdade da Índia; uma tentativa de restauração do antigo regime indiano; reação feudal da elite proprietária de terras ao colonizador inglês; ou ainda uma guerra civil entre colaboradores do colonialismo e a resistência (SAMPAIO, 2016, p. 209).

Quando se confronta as narrativas ocidentais com as do oriente se percebe que o colonizador afere pouca importância a fatos considerados de extrema relevância para o colonizado. Apesar dos indianos afirmarem que a revolta dos Cipayos foi um marco histórico bastante considerável na construção de sua independência, os ingleses tratam a rebelião apenas como um fato isolado que não merece ser repercutido.

A expressividade da revolta foi tamanha, que após sua contenção por parte dos britânicos, os indianos tiveram a permissão para ocupar cargos públicos e novas propostas políticas foram elaboradas, contando com a participação da Rainha Vitória que foi proclamada a Imperatriz da Índia (BINDÁ, 2008, p. 19). Fica claro que quando se percebeu a força do colonizado, logo uma administração mais direta foi providenciada para que a contenção dos surtos fosse eficaz e o prolongamento do imperialismo pudesse ser possível.

Mesmo sendo apontada como um “insucesso” indiano, a revolta dos Cipayos acarretou o fim da Companhia Britânica das Índias Orientais, que administrava o país, fator que mudou de forma profunda a relação entre os ingleses e os nativos, mesmo a Índia permanecendo sob o controle e a administração da Coroa Britânica. Outro fator que pondera a conquista indiana foi o fato de a Rainha Vitória publicar uma proclamação conciliadora, pela qual a mesma se comprometeu a garantir a proteção aos antigos príncipes e respeitar as tradições e religiões da Índia.

Entretanto, as boas ações tomadas pelos britânicos, ao fim do conflito, não apagaram a forma como eles reprimiram a revolta, impiedosos, de forma tirânica, sem retroceder frente à crueldade cometida. Com a contenção do conflito, os ingleses buscaram reparar algumas reivindicações proferidas pelos indianos, dessa forma, trataram de criar bancos, de inserir o papel-moeda, para tentar impulsionar o desenvolvimento industrial na Índia (FOUCARDE, 2004, p. 348), após anos vivendo em estagnação devido ao imperialismo britânico na região.

Os indianos galgavam para a reconquista do espaço que era seu de direito, tomado de sua posse para servir de aparato para o alcance dos objetivos do colonizador, que visava apenas seu maior desenvolvimento e maiores ganhos, sem levar em consideração as súplicas do povo colonizado. Dessa forma, a Índia tratou logo de voltar a se desenvolver, Marshall enfatiza que:

Universidades, faculdades e escolas proliferaram nas vilas e cidades, a maioria delas abertas pela iniciativa indiana. Eles não produziam réplicas de homens e mulheres ingleses, como Macaulay esperava, mas indianos que podiam usar o inglês além de suas próprias línguas para dominar tecnologias e métodos de organização importados e que estavam dispostos a adotar o que consideravam atraente na cultura britânica. Os movimentos intelectuais dominantes não podem ser chamados de ocidentalização. Eles eram movimentos de reavivamento ou reforma no hinduísmo e no islamismo, e foram o desenvolvimento de culturas que encontraram expressão nas línguas indígenas. Dentro das restrições de uma ordem colonial, uma Índia moderna estava emergindo no final do século XIX. O domínio britânico, é claro, teve um papel importante nesse processo, mas o país que estava surgindo cumpriu as aspirações dos indianos, ao invés de projetos coloniais do que uma Índia moderna deveria ser. (MARSHALL, 2011, p. 1).

Os indianos iniciavam assim a recuperação de seu território, mesmo ainda dependentes dos ingleses. Porém, com esse novo nível de desenvolvimento, já se produzia na sociedade indiana conhecimento que não se enviesava para um olhar ocidentalizado como o que era disseminado pelos ingleses.

Entretanto, Pouchepadass (2004, p. 339) salienta que o fracasso da revolta substanciou as hierarquias sociais indianas e a reestruturação de seu exército baseada na divisão por castas e religiões, fazendo assim, com que fosse fragmentado em grupos coesos e tornando-se menos provável com que se unisse em uma nova insurreição contra o domínio colonial, o que possibilitou com que os britânicos subjugassem o território indiano por mais quase um século.

É notório que até mesmo buscando atender as exigências da Índia, os britânicos mantinham-se focados em seus objetivos, que eram, em síntese, ampliar seu tempo de dominação e seu imperialismo no território indiano, e continuar usufruindo de suas riquezas para seu crescimento próprio.

3 UM OLHAR PÓS-COLONIAL E O NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL

Como apresentado nas seções anteriores, historicamente, o imperialismo britânico na Índia se deu de forma invasiva e até mesmo rude, uma relação de exploração, na qual uma

cultura dita civilizada se utilizou de premissas, por ela criadas, para validar seus atos sórdidos. Este tópico busca apresentar de que forma a teoria analisa tais eventualidades.

O pensamento crítico pós-colonial surge nas ciências sociais como um caminho alternativo para abordar as relações estabelecidas entre colonizador e colonizado, buscando compreender o imperialismo e suas influências, tanto em escala global, quanto em menor proporção, como um fato localizado. A teoria enfatiza os desdobramentos que permeiam a construção do eu frente ao outro, e demonstra como o imperialismo pode ser fator que incide de forma direta sobre a compreensão da política e da cultura na era pós-colonial.

A crítica pós-colonial torna explícito que fatos do passado ainda perduram no presente, ao observarmos as literaturas, percebemos que ainda se cultiva a ideia de que a colonização não foi prejudicial às colônias, a análise da revolta dos cipaio demonstra como parte da história é omitida e como se processa o conhecimento partindo de um pensamento ocidentalizado, por isso pouco se fala do evento e pouca importância é dada a ele.

Said (1993, p. 30), alerta que, de forma direta, o colonialismo se extinguiu em certos aspectos, entretanto as práticas imperialistas permanecem “numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais”. É justamente por isso que se torna necessária a difusão da teoria pós-colonial, para que as pesquisas não se ocidentalizem e dessa forma suprimam a visão do Oriente.

De acordo com Hall (2009), a terminologia pós-colonial não se restringe a uma dada época e/ou sociedade, ela abarca um escopo bem mais vasto, ao realizar uma interpretação da colonização como um elemento de um sistema mundial, trazendo para o cerne da discussão seu caráter transnacional e transcultural, expondo suas particularidades, e a transversalidade de suas relações, como também aborda a dinâmica das narrativas do passado imperial, o que denota à corrente um considerável valor teórico que permite que se molde um cenário que envolve o global e o local.

A teoria pós-colonial possibilitou que um novo cenário internacional fosse apresentado, partindo de um ponto de vista diferente do que era antes observado, trazendo à tona muitos fatos antes ocultados pelas produções ocidentais. Segundo Said:

Muitos dos escritores pós-coloniais mais interessantes carregam dentro de si seu passado — como cicatrizes de feridas humilhantes, como estímulo para práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado tendendo a um novo futuro, como experiências a ser urgentemente reinterpretadas e rerepresentadas, em que o nativo, outrora calado, fala e age em territórios recuperados ao império (SAID, 1993, p. 53).

De fato, além dos temas econômicos, uma das mais importantes contribuições da teoria pós-colonial tem sido o exame detalhado da dominação cultural e a representação política, momento em que se destaca Said, um teórico internacionalista que tem problematizado a suposição da igualdade da soberania apontando para a estrutura desigual da política mundial dentro dos Estados que não alcançaram o desenvolvimento em uma história de saque e exploração. O pós-colonialismo, dessa forma, vem para desconstruir a visão ocidental do oriente que se apresenta de forma opressora e problemática, que denota inferioridade ao colonizado e que deve seguir os padrões impostos pelo colonizador. A teoria pós-colonial surge para trazer maior visibilidade ao indivíduo não ocidental e impugnar as produções ocidentais.

Quando se observa o cenário internacional contemporâneo, percebe-se que a configuração estabelecida entre colonizador e colonizado no passado colonial ainda se faz presente, as ex-colônias continuam dependentes, política e/ou economicamente de suas antigas metrópoles, casos isolados conseguiram lograr êxito e alcançar o desenvolvimento pleno. A dicotomia existente antes entre colonizador e colonizado passou a ser observada, atualmente, na relação estabelecida entre o Norte e o Sul.

Na ênfase dada por Santos, pesquisador que realiza estudos sobre a globalização contra a hegemonia para promover a luta pela justiça cognitiva global, a partir de um conceito subjacente de Epistemologias do Sul, a teoria pós-colonial é entendida como:

Um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. Para esta corrente, é problemático saber até que ponto vivemos em sociedades pós-coloniais. Por outro lado, o carácter constitutivo do colonialismo na modernidade ocidental faz com que ele seja importante para compreender, não só as sociedades não ocidentais que foram vítimas do colonialismo, mas também as próprias sociedades ocidentais, sobretudo os padrões de discriminação social que nelas vigoram. A perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz (SANTOS, 2008, p. 18-19).

O que o autor nos traz é que apesar do colonialismo ter se extinguido de um ponto de vista político, seus resquícios perduram até os dias atuais. Se formos analisar o evento partindo para um olhar mais social, o mundo permanece dividido e as dicotomias produzidas

durante o período de colonização ainda são sustentadas na era da globalização, as estruturas de poder do passado continuam subsistindo e as ex-colônias permanecem inferiorizadas.

Nesta perspectiva, o pós-colonial busca sempre maior independência para se desvincular do subdesenvolvimento a que está atrelado. Hall ressalta que:

A transição para o pós-colonial é caracterizada pela independência do controle colonial direto e pela formação de novos Estados-Nação, por formas de desenvolvimento econômico dominadas pelo crescimento do capital e suas relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela política que advém da emergência de poderosas elites locais que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento (HALL, 2011, p. 103).

É perceptível que o debate pós-colonial transcorre sobre a questão de dominação que se implantou no Sistema Internacional desde os tempos coloniais e que perduram na sociedade atual. A Índia pós-colonial ainda não conquistou seu espaço no âmbito acadêmico para que também possa participar da construção do conhecimento. A história da Índia e de sua colonização, em termos globais, ainda são narradas por um ponto de vista ocidental, fato que pode ser bem exemplificado quando se traz fatos históricos, como a revolta dos Cipayos, para a discussão. Não se percebe a voz do colonizado, que sofreu com todas as investidas acometidas pelo colonizador, as narrativas permanecem sob o domínio do colonizador.

É notável que para os teóricos pós-coloniais a necessidade de se combater a imposição do conhecimento ocidental e dar voz ao oprimido são questões impreteríveis e que conclamam demasiada percepção dos literários. Segundo afirma Oliveira:

O conhecimento dá forma ao Sistema Internacional atual e suas hierarquias e os legitima. A independência formal das colônias não significou sua independência política e econômica. Muito pelo contrário, o mantimento de determinado centro de poder dá-se através de uma estrutura criada pelo colonialismo. Ao se realizar uma análise histórica plural e menos parcial, pode-se observar de que forma as estruturas atuais foram formadas, quando o Ocidente se colocou como porta-voz do Oriente, silenciando sistematicamente culturas inteiras (OLIVEIRA, 2017, p. 175).

Analisando o período em que os britânicos dominaram a Índia, mais precisamente o lapso temporal apresentado nas duas últimas seções, logo percebemos que o que a teoria afirma corrobora com os fatos históricos. Os indianos não possuíam liberdade para se desenvolver, estavam presos a uma dependência cultivada e reforçada pelos ingleses, que se utilizavam de sua “superioridade” para justificar sua tirania. Memmi (2007) nos traz esse panorama ao afirmar que os britânicos iam para a Índia exclusivamente em busca da obtenção de vantagens econômicas, a crítica social do autor ao modo de vida dos colonizadores, se

baseia na relação imposta entre colonizador e colonizado, na qual o primeiro goza de todos os privilégios, produzidos, na maioria das vezes, pelo último.

Evidenciando o exposto, evoca-se o pensamento de Said, que também aborda a relação entre britânicos e indianos. Para o autor, os ingleses sempre deixaram claro que existia uma relação social que tinha como prerrogativa a supremacia britânica, entendida como raça superior que não ocasionava malefícios aos colonizados já que partia da premissa de que “as raças subjugadas não possuíam a capacidade de saber o que era bom para elas” (SAID, 2007, p. 70). A Grã-Bretanha tinha plena convicção de que sua presença na Índia era de fato necessária, pois na visão do colonizador, a sociedade indiana não possuía uma identidade própria, nem aptidão para a tomada de decisões e muito menos tinha conhecimentos necessários para a sobrevivência no cenário internacional.

Ao colonizado restava a opção de aceitar, mesmo contra sua vontade, a realização das funções impostas pelo colonizador. Com seu imperialismo, os britânicos constrangiam os indianos a adotar suas ideologias, e com isso reafirmavam sua condição político e social, convalidando seu sistema injusto de forma mascarada. Em relação à postura do colonizador Memmi acentua que:

Se seu nível de vida é elevado, é porque o do colonizado é baixo; se pode se beneficiar de uma mão-de-obra, de uma criadagem numerosa e pouco exigente, é porque o colonizado é explorável à vontade e não é protegido pelas leis da colônia; se obtém tão facilmente postos administrativos, é porque estes lhe são reservados e o colonizado é deles excluído; quanto mais ele respira à vontade, mais o colonizado sufoca (MEMMI, 2007, p. 41,42).

O pós-colonialismo suscita para a discussão a contestação de que o cenário internacional atual é permeado por uma hegemonia ocidental que origina notável problema de representação com relação às ex-colônias. A literatura pós-colonialista surge para indagar como se concebe a construção do poder no Sistema Internacional, e como através disto, se origina as relações de dominação e subordinação ainda existentes, mesmo após a independência dos países colonizados. Dessa forma, é possível afirmar que os questionamentos levantados pelo pós-colonialismo contribuem de forma significativa nos debates presentes tanto nas relações internacionais, como também na política mundial, já que a teoria busca enxergar os fatos de diferentes pontos de vista.

A teoria pós-colonial demonstra que questões globais ainda sofrem influências do período colonial e imperial, e isso é refletido na política internacional, que ainda subjuga os países de independência recente. O pós-colonialismo evidencia essa influência quando

questiona o lugar de onde se teoriza, pressuposto de elevada importância para se debater as relações de poder do Sistema Internacional.

Portanto, no âmbito das Relações Internacionais, não se pode cristalizar o pensamento ocidental tornando este como uma verdade absoluta na construção da história. Como sustenta Sylvester (2014, p. 182), “o subalterno pode falar - e, gradualmente, as palavras podem ajudar a moldar o campo das Relações Internacionais para que sejam mais inclusivas do mundo e bem arredondadas em seu sentido de grupos que têm sido historicamente negligenciados como participantes das relações internacionais”. Levando isto em consideração, é necessário que voz seja dada ao colonizado para que assim, as produções literárias tenham maior credibilidade e não venham enviesar-se para um único ponto de vista. Ouvir o subalterno neste caso é de suma importância na composição das narrativas, já que estes viveram os impactos da colonização.

A forma como a Revolta dos Cipaios é tratada na historiografia ocidental demonstra de que maneira a voz do colonizado é sufocada. Pouco se sabe sobre o evento e são raras as informações que se tem a respeito do fato. A versão da história contada sob uma ótica indiana é quase que inacessível, o que se percebe são relatos de ocidentais que narram o evento de forma até mesmo depreciativa, não dando a importância que a rebelião teve para o povo indiano. Ainda permanece no Sistema Internacional o controle dos colonizadores sobre as narrativas e sobre a construção da história como um todo.

Em síntese, à luz da teoria pós-colonial os britânicos na relação com a Índia são entendidos como os opressores, que buscam de todas as formas angariar vantagens, preocupados unicamente com seus privilégios, características inerentes ao colonizador, ao passo que os indianos assumem o papel de colonizado oprimido e impedido de se desenvolver. Situação que ainda perdura no cenário internacional, quando se observa sua configuração nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação estabelecida entre britânicos e indianos durante o período colonial foi em grande medida ambígua, marcada por momentos conflituosos e curtos períodos de calmaria, nos quais os indianos sucumbiam à repressão acometida pelos colonizadores. O povo indiano dominado não encontrava alternativas para tentar se desvincular do processo de colonização

imposto pelo imperialismo britânico na região, cabia a eles então, somente aceitar sua condição de colonizado.

A postura dos ingleses retrata a forma exploratória do colonizador que invadia o território sem consentimento do colonizado e tomava posse de seus recursos, além de realizar manobras para enfraquecer o colonizado e retardar seu desenvolvimento, tendo como fundamento o princípio de que como nação superior precisava levar aos desfavorecidos melhores condições e precisavam carregar o peso de implantar a civilização no território, já que fora de um contexto europeu inexistiam povos civilizados.

Os indianos foram obrigados a esquecer de seu passado de glória, no qual se apresentavam como país produtor e tiveram que reconhecer sua condição de povo servil, que estava subordinado a um sistema opressor, invasivo que se utilizava de formações ideológicas potentes para justificar suas ações tirânicas. O imperialismo inglês se validava dessa ideologia de que o povo precisava e implorava por sua dominação, como também se fortalecia frente a fraqueza aparente da Índia.

A Índia devastada econômica e socialmente foi impedida de buscar seu próprio crescimento, seus principais produtos deixavam de ser comercializados, pois não possuíam condições para competir com a produção inglesa em larga escala, seus tecelões sumiram, sua agricultura estava sucateada, o país entrava em um processo de empobrecimento generalizado, enquanto isso os colonizadores seguiam se desenvolvendo de forma consideravelmente acelerada.

A Revolta dos Cipayos foi um marco histórico na sociedade indiana, foi a primeira oportunidade que a Índia teve de demonstrar sua insatisfação e sua força frente aos colonizadores, mesmo sendo suprimida a revolta foi de grande importância para a historiografia nacional, apesar dos ingleses questionarem a força do evento, o retratando como um simples motim. Entretanto, a expressividade da revolução é inquestionável, a partir dela pode-se observar mudanças consideráveis na relação entre britânicos e indianos.

O comportamento afável britânico após o fim da revolta, logo se desfz e se percebeu que por trás da benevolência existiam maiores interesses, e que o pensamento imperialista ainda permanecia, os ingleses foram estrategistas a todo o momento e conseguiram continuar com o enfraquecimento da resistência indiana, sem que até mesmo os próprios colonizados pudessem perceber.

A abordagem pós-colonial vem, justamente, para dar voz ao subalterno, para expor um novo ponto de vista na elucidação dos fatos, para desconstruir o modelo ocidental que criou raízes nas ciências sociais, esta quebra que a teoria nos proporciona é de notável importância

para a produção de novas pesquisas, visto que, agora um panorama mais amplo está ao alcance dos pesquisadores, o pós-colonialismo não admite o pensamento ocidental como verdade absoluta, uma ideologia, mas como um ponto de vista passível de questionamentos.

O pós-colonialismo no atual cenário internacional, permeado pelo pensamento ocidental, se torna importante para compreender, não só as sociedades vítimas do colonialismo (não ocidentais), mas também tem relevância para as próprias sociedades colonizadoras, que ainda sustentam padrões de discriminação social. De fato, a perspectiva pós-colonial traz maior visibilidade para as estruturas de poder das periferias ou das margens.

A teoria pós-colonial foi de suma importância para o trabalho para que se analisasse como se processou a relação entre Índia e Grã-Bretanha durante o período colonial e para entender como seus resquícios têm influências nesta relação até os dias atuais. A retrospectiva que retoma o colonialismo, no período pós-colonial, esclarece e melhora o entendimento relacionado às dificuldades enfrentadas por países de independência recente nos dias atuais.

ABSTRACT

The present article presents an analytical perspective on the expansion and implementation of British imperialist policy in India. For this purpose, a conflicting moment arises for the purpose of examining how the colonizer / colonized relationship took place, in the light of postcolonial theory, how the decisions of the past can influence a more Western model of civilization to the detriment of the marginalization of the East. Therefore, the paper seeks to highlight the inferences of colonialism and to investigate how Eurocentrism was understood as a universal civilizational model at the time. The time cut established for the study is justified from the interpretation that the revolt of the Cipayos was historically observed as a landmark that began the Indian struggle against British expansionism. The work was divided into three sections, the first one, presents the expansion of British Imperialism in Indian territory during the colonial period, the subsequent section addresses the revolt and its consequent developments, and finally, the consequences and the remnants of the conflict that emphasized postcolonial dichotomies, applying post-colonial theory. The deductive method will be used and the research is developed in an exploratory and bibliographical way. As a result of the analysis, it is tried to investigate how the impacts of colonialism can be used to better understand the present difficulties in countries of recent independence.

Keywords: Postcolonialism; Imperialist Politics; Sepoys Rebellion.

REFERÊNCIAS

BINDÁ, Thirza Maria Bezerra. **Instituto de Humanidades**: história de um educandário cearense na belle époque (1904-1914). Universidade Federal do Ceará, 2008. Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, Dissertação, 140 p.

CAMPOS, Bruno de. **Formação social indiana**: modo de produção asiático, imperialismo e industrialização tardia. 2013.

CHESNEAUX, Jean. **A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976.

FERGUSON, Niall. **Empire**: the rise and demise of the British world order and the lessons for the global power. Nova York: Basic books, 2004.

FOUCARDE, Marie. **Os britânicos na Índia (1858-1947) ou o reinado do “cnicamente correto”**. IN: FERRO, Marc (Org.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GARMES, Hélder. **Entre texto e contexto**: a ambiguidade do romance Os brahmanes (1866), de Francisco Luís Gomes. Teresa, n. 12-13, p. 345-361, 2013.

HALL, Stuart. **Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite**. (Org.). Liv Sovik. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 95-120, 2009.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 541 p., 1982.

MARSHALL, Peter. **British India and the 'Great Rebellion'**. BBC, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/british/victorians/indian_rebellion_01.shtml>. Acesso em: 11 de abril de 2018.

MARX, Karl. **The revolt in the Indian army**. New York Daily Tribune, v. 15, 1857. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/09/16.htm>>. Acesso em: 27 de março de 2018.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ, p. 31-190, 2007.

MIRANDA, José Augusto Ribas. **O nacionalismo e a experiência britânica no século XIX: Lord Acton, Foreign Office e a Questão Christie**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Dimensões, vol. 33, p. 384-401, 2014.

MOORE, J. R. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Tradução de Maria Ludovina F. Couto, 1983.

OLIVEIRA, Pedro Henrique Silva de. **O pós-colonialismo nas relações internacionais: uma proposta para repensar teoria, estrutura e racionalidade no Sistema Internacional**. Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 18, n. 30, p. 133-258, jul./dez. 2017.

POUCHEPADASS, Jacques. **Índia: o primeiro século colonial**. IN: FERRO, Marc (Org.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ROSSELLINI, Roberto. **Roberto Rossellini: fragmentos de uma autobiografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SAID, Edward. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Edição de bolso).

SAMPAIO, Thiago Henrique. **O discurso de Karl Marx ao domínio britânico na Índia e suas considerações sobre a Revolta dos Cipayos (1857-1859)**. Revista de História da UEG, p. 203-218, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro**. Revista Travessias 6/7, Coimbra, p. 15-36, 2008. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43227/1/Do%20pos-moderno%20ao%20pos-colonial.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

SYLVESTER, Christine. **Post-Colonialism**. In: BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, P. The Globalization of World Politics: An Introduction to international relations. 7. Ed. United Kingdom: Oxford University Press, p. 174-187, 2017. Disponível em: <<http://www.oxfordpoliticstrove.com/view/10.1093/heap/9780198739852.001.0001/heap-9780198739852-chapter-11>>. Acesso em: 24 de abril de 2018.